



Insegurança alimentar e a emergência climática do RS

Jornal da Universidade | 4 de junho de 2024

Artigo | Mirian Fabiane Dickel, Alvorí Cristo dos Santos e Gabriela Coelho de Souza, do Desenvolvimento Rural, analisam dados históricos da produção agrícola e propõem um conjunto de medidas para reestruturar esse setor produtivo

*Foto: Julio Ferreira/PMPA

A agricultura enquanto atividade social e econômica é historicamente identificada com a função social de produzir alimentos. A partir do processo histórico de modernização da agricultura e de industrialização, ela passa a assumir a função de produção de matérias primas, para diversas cadeias produtivas, portanto, agricultura e pecuária são incorporadas aos ciclos de produção de mercadorias. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia) o setor representa 10,8% do produto interno bruto (PIB) nacional, processando cerca de 60,9% da produção agropecuária brasileira. R\$ 851 bilhões foram oriundos das vendas no mercado interno e R\$ 310 bilhões das exportações.

No RS, os principais produtos exportados em 2023 foram soja (R\$ 4,1 bilhões), tabaco (US\$ 2,4 bilhões), tortas e outros resíduos do óleo de soja (US\$ 1,8 bilhão), carne de aves (US\$ 1,4 bilhão) e pastas químicas de madeira (US\$ 833 milhões). O agronegócio contribuiu com 67% das exportações, com faturamento de US\$ 1,2 bilhão e 1,87 milhão de toneladas exportadas.

Porém, esses números escondem um grande paradoxo: o 2.º **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil**, lançado, pela Rede Penssan (2022), aponta que 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. A pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome), em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar, um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018. No RS, 22,2% da população apresenta insegurança alimentar leve, 11,3% moderada e 14,1% grave, totalizando 47,6% da população gaúcha, em algum grau de insegurança alimentar, conforme esse inquérito de 2022.

Muito se fala que o RS é o celeiro do país, de fato o estado está na lista dos cinco maiores exportadores de alimentos, mas então, porque temos insegurança alimentar? No contexto atual, em um cenário de emergência climática, esse paradoxo da superprodução e insegurança alimentar se agrava, considerando a destruição das áreas de produção de alimentos, sobretudo da agricultura familiar, a dificuldade de acesso a alimentos e avanço da fome. Falar em soberania e segurança alimentar é imprescindível.

Com base nos princípios da soberania alimentar, o Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (**Obssan-RS**), através do Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (AsSsAN Círculo) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu um indicador de oferta municipal local potencial, com a finalidade de avaliar a condição da soberania alimentar dos municípios. Ao observarmos o indicador de oferta de alimentos à população para os grupos alimentares do Guia Alimentar a população Brasileira, percebemos a concentração nos produtos de exportação milho e soja. O quadro a seguir apresenta a oferta per capita (kg/pessoa/dia) para cada produto.

	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Frutas	1,69	1,50	1,61	2,10	0,62	0,57
Horta	0,08	0,07	0,05	0,08	0,07	0,05
Batatas, mandioca	1,52	0,77	0,61	0,50	0,46	0,36
Arroz	0,63	0,79	1,14	1,34	1,76	1,72
Feijão	0,06	0,03	0,03	0,04	0,03	0,02
Trigo, centeio	0,69	0,35	0,20	0,24	0,54	0,55
Milho	0,91	1,09	0,61	1,06	1,44	1,38
Soja	1,57	1,98	0,67	1,29	2,68	4,44
Total	7,14	6,58	4,93	6,64	7,61	9,09
Total (sem milho e soja)	4,66	3,51	3,65	4,29	3,48	3,28
Frango (cabeças)	1,94	7,64	2,21	2,15	1,93	1,68
Bovino (cabeças)	1,92	1,77	1,50	1,34	1,35	1,05
Leite (litros)	0,31	0,43	0,45	0,57	0,93	1,02

Trajatória histórica da produção-oferta de alimentos no estado do RS em kg per capita dia. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

A oferta de alimentos, não considerando o milho e a soja, era de 4,6 kg por pessoa por dia nos anos 1970. Após 45 anos, é de cerca de 3,28 kg por pessoa por dia, uma redução de cerca de 29,5%. Esses dados revelam a simplificação das dietas, com redução do consumo de hortaliças, verduras e legumes, e o aumento de alimentos ultra processados.

O Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, nos anos 1970, produzia cerca de 17 milhões de toneladas de alimentos, considerando seis produtos e três grupos de produtos monitorados anualmente pelo instituto e representando as maiores proporções da produção total (acima de 90%). Atualmente, passados 45 anos, a grande mudança que ocorreu no Brasil parece ter sido parcialmente no estado do RS: esses mesmos produtos totalizam cerca de 37,9 milhões de toneladas produzidas anualmente. Um crescimento de cerca de 115% para a produção total e de cerca de 250% para o grupo dos grãos arroz, milho e soja.

Ao observarmos a trajetória histórica dos grupos de alimentos, com oferta de milho e soja em crescimento, e dos demais produtos em queda, a trajetória histórica da agricultura sugere um contexto atual e futuro de insegurança alimentar e perda da qualidade nutricional, potencialmente agravado em um cenário de mudanças climáticas e perda da capacidade produtiva em todas as regiões do RS.

O modelo agroexportador, conduzido pelo agronegócio empresarial e articulado com o capital financeiro, industrial e o latifúndio produz para atender às necessidades dos mercados internacionais, que nem sempre condizem com as necessidades de alimentos para consumo da população, ou seja, a produção de *commodities* para exportação gera mais lucro aos grandes produtores, que contam com incentivos e recursos do Estado, flexibilizando a legislação ambiental tornando-a mais permissiva.

O agronegócio se populariza através da comunicação de massa, disseminando uma noção de modernidade na produção de alimentos, na sustentabilidade ambiental e como o grande gerador de divisas no mercado internacional, gerando no inconsciente coletivo da sociedade a representação de que agronegócio é sinal de progresso, apostando na sua expansão e no avanço técnico para alavancar a economia do país, mas esse modelo agroexportador não garante a segurança alimentar da população brasileira.

Dados produzidos pelo **MapBiomias** mostram que, entre 1985 e 2022, o Rio Grande do Sul perdeu aproximadamente 3,5 milhões de hectares de vegetação nativa, o equivalente a 22% de toda cobertura vegetal original presente no Estado (em 1985), formada por florestas, campos, áreas pantanosas e outras formas de vegetação nativa. Enquanto isso, houve um aumento vertiginoso de lavouras de soja (366%), silvicultura e da área urbanizada do Estado.

Considerando todos os fatores acima mencionados, podemos inferir que a situação de insegurança alimentar está relacionada às mudanças que ocorreram na agricultura nos últimos 40 anos, como a modernização da agricultura e mudanças nos parâmetros de uso do solo, sobretudo no bioma Pampa. Isso tudo como fruto do processo de mecanização, que, por um lado reduziu o uso da mão de obra, expulsando muitas famílias do campo, por outro aumentou a produtividade, fazendo uso de agrotóxicos, superexploração de áreas planas, beiras de rios, planícies de inundação e aterrando banhados.

Nestes tempos caóticos, políticas públicas fazem-se necessárias para estimular a produção de alimentos diversificados pela agricultura familiar e para monitorar a condição de soberania e segurança alimentar e nutricional. Será fundamental para reestruturar a produção de alimentos. Também são essenciais políticas de geração de renda nas áreas urbanas, articulando agricultores e consumidores, para a produção e consumo de alimentos saudáveis, conservando os biomas, restaurando áreas degradadas. E sobretudo: é preciso repensar o modelo de desenvolvimento do RS.

Mirian Fabiane Dickel é doutoranda em Desenvolvimento Rural.
Alvorí Cristo dos Santos é pesquisador do Observatório de Segurança Alimentar (Obssan).
Gabriela Coelho de Souza é professora da Faculdade de Economia.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



A prevenção a desastres naturais exige cooperação entre estado e cidadãos



Carta aos leitores | 05.06.24



Receta catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas



Para repensar a infraestrutura urbana

:: ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 13.06.24



Conhecimento do português proporciona acolhimento para imigrantes que vivem no Brasil



Movimento de plataformação do trabalho docente



O Direito e a prevenção de desastre ambiental



Atuação do NESA-IPH frente às inundações



A presença negra num bairro riograndino



Carta aos leitores | 06.06.24



A cultura Hip Hop expressa sua coletividade em espaços que demarcam sua presença no RS



Impercepção botânica na política ambiental



Árvores podem aliviar deslizamentos e enchentes